

### 3 - A cidade de São Paulo sob o domínio de momo – 1960 a 1964

Zélia Lopes da Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, ZL. A cidade de São Paulo sob o domínio de momo – 1960 a 1964. In: *Dimensões da cultura e da sociabilidade: os festejos carnavalescos da cidade de São Paulo (1940-1964)* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 161-201. ISBN 978-85-68334-54-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

### 3

## A CIDADE DE SÃO PAULO SOB O DOMÍNIO DE MOMO – 1960 A 1964

“A cidade permaneceu tranquila no carnaval. O mau tempo e a falta de ornamentação não animaram os paulistanos a sair para as ruas do centro; no geral, preferiram ficar em suas residências acompanhando pela televisão<sup>1</sup> o desenrolar do carnaval carioca, nas avenidas, nos bailes do Municipal e do Copacabana”.

“[...] o carnaval paulista está em decadência. Para essa frase que vem sendo repetida há quase uma década, mil razões são apresentadas habitualmente como justificativa: ora o calor, ora é a chuva, ora a

---

1 Pela trajetória da TV, dificilmente os paulistanos, de modo geral, estavam acompanhando esses eventos do Rio de Janeiro pela televisão, considerando que ter acesso a um aparelho ainda era prerrogativa para poucos. Ademais, a primeira emissora de TV foi inaugurada em São Paulo em 1950, chamando-se TV Tupi, que foi também a primeira emissora de televisão do Brasil (grupo Assis Chateaubriand). A Tupi logo expandiu seu raio de ação criando as Emissoras Associadas. Em 1955, a rede já possuía afiliadas no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Campinas Grande, Fortaleza, São Luís, Belém, Goiânia e Belo Horizonte. Nos primeiros vinte anos, a rede do grupo de Chateaubriand liderou o mercado de televisão, apesar de haver concorrência dos outros grupos emergentes. Em 1952, surgiu a TV Paulista; em 1953, foi criada a TV Record; em 1955, a TV Rio; em 1956, a TV Itacolomi de Belo Horizonte; e, em 1958, a TV Cultura de São Paulo (também pertencente às Associadas). (Hamburger, 1998, p.440-487).

ausência de ornamentação, ora a baixa qualidade das músicas e até o custo de vida” (*O Estado de S. Paulo*, 1º/3/1960, p.9)

Neste terceiro e último capítulo encontra-se a continuidade das reflexões sobre os folguedos de Momo ocorridos na capital paulista, abarcando agora os anos de 1960 a 1964. Trata-se de conjuntura de intensa mudança no país e na cidade, mas de pouco *glamour* do acontecer carnavalesco na metrópole paulistana, bem como de registros escassos que possam interferir em seus estudos.

Os meios de comunicação, campo que intervém diretamente nos festejos carnavalescos, passam por significativas alterações (uma verdadeira explosão midiática), com a proliferação de jornais e rádios e a busca de consolidação da TV, nova mídia criada em 1950 que inicia as transmissões dos carnavais do Rio de Janeiro e de São Paulo no final dessa década e, à medida que se consolida, assume papel estratégico na divulgação dos festejos, tendo os desfiles das escolas de samba o núcleo do espetáculo.

A ampliação dos meios de comunicação de massa projeta-se significativamente com a inauguração da TV Tupi, em 1950, em São Paulo, a primeira emissora do país. Esse assunto é discutido por Esther Hamburger (1998), que mapeia o seu percurso e o papel significativo que passa a ocupar no país. Explica a autora que a trajetória bem-sucedida da televisão, da década de 1950, momento de sua criação, à sua consolidação na década de 1960 e seguintes, dá-se por meio de políticas de vários governos que durante a fase de implantação influíram diretamente, mediante empréstimos concedidos por bancos públicos a emissoras privadas; durante a ditadura militar os investimentos são na infraestrutura e nos anúncios publicitários.

Mas, até os anos 1960, havia pouca regulamentação dos meios de telecomunicações. No decorrer do governo Jânio Quadros – que dirige o país de 31 de janeiro de 1961 até 25 de agosto de 1961, data em que renuncia –, é criado o Conselho Nacional de Telecomunicações (CNT), que regula a definição da duração dos comerciais; a dublagem dos programas estrangeiros; e a exigência de as estações de televisão exibirem um número mínimo diário de filmes nacionais. Após 1964,

ao longo da ditadura militar, a ingerência do Estado na indústria de televisão aumenta e muda de qualidade. As telecomunicações são consideradas estratégicas na política de desenvolvimento e integração nacional do regime (Hamburger, 1998, p. 454).

Na análise da autora, os militares investem na infraestrutura necessária à ampliação da abrangência da televisão e aumentam seu poder de ingerência na programação por meio de novas regulamentações, forte censura e políticas culturais normativas. Em 1968 é inaugurado um sistema de transmissão de micro-ondas que estende o tráfego de ondas de televisão via terrestre para além dos estreitos limites anteriores. Posteriormente, o governo passa a financiar a comunicação, via satélite, nucleada na estação de Itaboraí. Em 1974, novas estações para comunicação via satélite possibilitam que os sinais atinjam as capitais da região Norte (e Centro-Oeste), como Manaus e Cuiabá. Em 1981, um acordo da Embratel com os canais de Televisão Bandeirante e Globo permite às emissoras emitirem sinal aberto para todas as regiões do país, captado por intermédio de antenas parabólicas. A comunicação, via satélite, é incrementada em 1985/1986 com o lançamento dos satélites brasileiros 1 e 2.

Os resultados das pesquisas de Hamburger evidenciam que, em 1960, dez anos após a inauguração da primeira emissora, apenas 4,61% dos domicílios brasileiros têm um televisor. A região Sudeste lidera ao alcançar 12,44% de domicílios com TV, percentagem que nas outras regiões não passa de 1%. Em 1970, 24,11% dos domicílios brasileiros contam com ao menos um aparelho de TV. Esses domicílios concentram-se no litoral e nas regiões Sul e Sudeste. Nas outras regiões, o salto qualificativo só ocorre durante a década de 1980, quando a Embratel permite que as redes emitam sinais abertos capazes de ser captados do satélite por antenas parabólicas situadas em qualquer lugar do território nacional.<sup>2</sup>

---

2 Na leitura de Hamburger (1998), esse meio de comunicação de massa em seu processo de consolidação cria uma esfera pública ao unificar o Brasil por intermédio de programação comum, valendo-se de linguagem e de difusão de valores supostamente comuns veiculados ao longo de décadas pelas telenovelas.

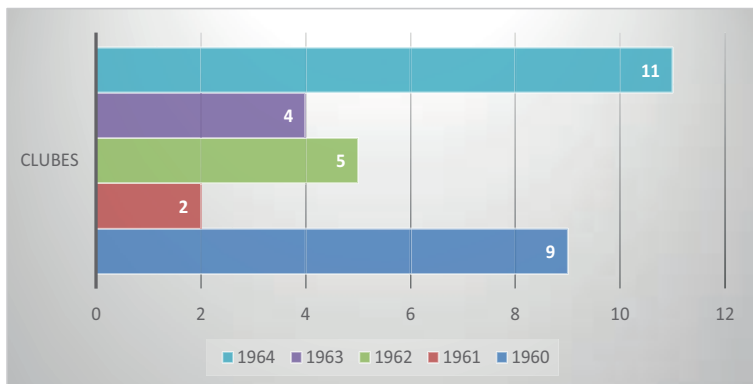
Depreende-se dessa exposição que, até 1964, os carnavais paulistanos acontecem nos moldes anteriores. Embora a presença da TV nos carnavais da cidade seja mencionada, sua abrangência e transmissão certamente ainda são limitadas. Esse perfil será alterado apenas nas décadas subsequentes.

Ao longo desses anos, as rádios passam a assumir um papel similar ao que os jornais haviam desempenhado nos carnavais passados, quando, além de divulgar os eventos, patrocinavam a organização de desfiles e batalhas de confete durante esses festejos. Assim, desde a década de 1940, a presença das rádios na organização dos festejos de rua e na promoção de bailes e concursos tem sido detectada. Com o intuito de organizar os cenários e as atividades diversas que acontecem nos Dias Gordos estavam envolvidos nos preparativos diferentes setores da sociedade, tais como a Associação de Lojistas, as associações dos carnavalescos e a Municipalidade; e, nos espaços fechados, os clubes e demais associações.

Nos carnavais dos anos 1960, as exibições das agremiações, nas ruas da capital, prosseguem na Avenida São João, no Parque do Ibirapuera e nos bairros da Lapa, Mooca, Vila Esperança e proximidades, local que concentra os folguedos de rua da zona leste da cidade. Nesses espaços ocorrem as batalhas de confete, os bailes públicos nos tablados e os desfiles de cordões, blocos e escolas de samba.

Nos clubes, os bailes mobilizam os foliões, embora a divulgação pelos jornais seja cada vez mais reduzida, como é possível verificar no Gráfico 1, para os carnavais de 1960 a 1964. Porém, isso não significa que os paulistanos deixaram de se envolver nos folguedos, considerando que, em 1961, por exemplo, foram emitidos 2.100 alvarás para bailes, sendo 300 deles para clubes e associações (*O Estado de S. Paulo*, 12/2/1961).

Gráfico 1 – Bailes carnavalescos nos clubes paulistanos – 1960-1964



Fontes: *O Estado de S. Paulo*, 1960-1964; *Folha de S. Paulo*, 28/2/1960.

Quais as explicações dadas pelos contemporâneos para essa precariedade de registros pelos jornais sobre os festejos carnavalescos?

### 3.1. A percepção da imprensa e dos artistas do traço sobre os carnavais da cidade

No tino da imprensa, os festejos viviam o seu pior momento, com a recorrente “fuga” dos foliões em direção às cidades litorâneas, às estâncias hidrominerais, ao interior do Estado e ao Rio de Janeiro. O tom das notícias durante esses anos iniciais da década de 1960 é o esvaziamento dessas festividades, o que requer outros aportes sobre o assunto, considerando-se que apenas parte ínfima dos paulistanos saía da cidade. A ênfase dada pela imprensa não era no festejo em si, e sim em sua ausência.

Independentemente do sucesso ou não, esses carnavais são tematizados de forma radical pelos caricaturistas Théo e Claudius, que trazem como mote de suas charges, entre os temas escolhidos, os políticos do momento – presidente da República, vice-presidente, senadores, deputados, governadores –, inseridos no cenário carnavalesco e jocosamente destituídos de seus atributos de poder e de autoridade.

Ao rebaixarem os políticos à condição de foliões travestidos de personagens representados na figura de homens ou animais e, também, de mulheres, algumas de idoneidade duvidosa com a intenção de desvelar a falsa moral de alguns desses “sujeitos” (travestidos de personagens), em relação aos desejos da libido, os artistas buscam enfatizar nesse rebaixamento a destituição das hierarquias e do *status* de seus integrantes que, embora personagens, aparecem como simulacros de si mesmos, pois algumas de suas características permanecem nas escolhas dos trajes e dos traços usados para compor o seu perfil caricato: moderno e radical como o guitarrista, assustador como o espantalho, violento como o espadachim, manipulador como o alquimista, personagem indefinido ou camuflado que transita entre Pinguim e Pato e o desportista em permanente disputa.

Os defeitos ou posturas morais e ideológicas intentam associar-se às concepções políticas (a exemplo de atitudes e posturas indecisas e conservadoras) defendidas pelos protagonistas naquela conjuntura, cujos traços (potencializados) servem para modelar a composição de cada personagem.

A capa da revista *Careta* de 27 de fevereiro de 1960 (Figura 1), elaborada por Théo, dessacraliza as autoridades máximas ao sugerir como fantasias<sup>3</sup> aos pândegos algumas possibilidades de vestimentas associados ao perfil, segundo esse artista do traço, de alguns políticos em evidência na conjuntura. Em meio ao cenário de confete e serpentinas aparecem as fantasias de espantalho (Jânio Quadros),<sup>4</sup> maratonista (João Goulart), mestre das artes culinárias ou nas artes de manipulação (?!) (Ademar de Barros), Pinguim/Pato (Tancredo Neves), Mago ou Alquimista (Fórmula), o Gaúcho, o Espadachim, o Pato, o Guitarrista (Juscelino Kubitschek).<sup>5</sup>

---

3 Essa estratégia de sugerir fantasias aos foliões já fora usada pelo caricaturista Théo, com outros personagens, durante a década de 1940.

4 Durante o ano de 1960, Jânio Quadros e João Goulart são candidatos à presidência e à vice-presidência do país. São eleitos e assumem em 31 de janeiro de 1961. Quadros dirigiu o país até 25 de agosto de 1961, data em que renunciou.

5 Juscelino Kubitschek era o presidente do país, e João Goulart, o vice-presidente.



Fantasia para o Carnaval

Figura 1 – Fantasias para o Carnaval.

Fonte: *Caretta*, 27/2/1960 (capa). Acervo Biblioteca Nacional.



Essas fantasias, aparentemente singelas, são crônicas da conjuntura que remetem às percepções de certos setores da sociedade e da imprensa sobre as características políticas desses protagonistas, suas alianças políticas e as pretensões e receios que provocam aos “seus eleitores”, por aparecerem ambíguos em suas pregações e atitudes.

Os políticos são motes dos caricaturistas durante os festejos momescos ao longo desses primeiros anos da década de 1960, e também em períodos anteriores. Por exemplo, *O Estado de S. Paulo* publicara, em 18 de fevereiro de 1958, duas charges (cuja assinatura do autor não foi possível identificar) que satirizam radicalmente os mesmos personagens. Jânio Quadros aparece como uma corista sedutora, em trajes íntimos, e JK, presidente da República, transfigura-se em uma senhora conservadora e autoritária, que empurra com uma bengala João Goulart, vice-presidente (fantasiado em trajes infantis), para acertar casamento com a pretendente foliona em trajes de baiana (outro político não identificado), com o objetivo de selar aliança política, com laços mais duradouros.

Voltando aos festejos carnavalescos do ano de 1960, mesmo tematizado pelo caricaturista Théo, parece que não entusiasmaram os foliões que liam a revista ou os jornais diários de São Paulo. A manchete de o *Correio Paulistano* (27/2/1960) – “Carnaval: mais de 300 mil Paulistanos deixam a cidade” – enfatizava a “fuga” dos possíveis pândegos da cidade. Segundo essa percepção, as notícias relativas a essas festividades, nesse início de década, acompanham o “desânimo” geral, considerando que elas se tornam cada vez mais escassas. Até mesmo os caricaturistas aceitam essa perspectiva, embora não abandonem a postura aguerrida para confrontar os pândegos, seus valores e projeções em relação às festividades.

Não é possível saber se esse “desânimo” tem a ver com a conjuntura, considerando que o bem-sucedido governo JK não alcançou os diversos segmentos da sociedade. A maior parte da população continuou à margem dos benefícios gerados pelo desenvolvimento e crescimento da economia. Nesse contexto, Vania Moreira (2003) observa que JK deixou de cumprir as promessas de desenvolvimento social que, em regra, estavam associadas à ideia de aceleração da

prosperidade econômica; que ele não conseguiu elevar o nível de vida da população sertaneja; e, também, que ele não foi bem-sucedido em duas outras promessas: os desníveis do desenvolvimento regional e o “subdesenvolvimento” nacional.

Contudo, isso não quer dizer que a cidade tenha ficado esvaziada, considerando que viajam aqueles que possuem recursos e, pela análise acima, os benefícios do desenvolvimentismo não atingiram todos os segmentos da sociedade. Assim, aqueles que ficaram na cidade deviam submeter-se às normas, se quisessem aproveitar os festejos de Momo. Nesse sentido, independentemente das avaliações da imprensa, o secretário de Segurança Pública não negligenciou de suas atribuições e definiu os parâmetros para os foliões, quer nos bailes pré-carnavalescos, quer nos dias dedicados a Momo. As medidas voltaram-se aos horários para os ensaios, à obrigatoriedade de vistoria aos carros alegóricos e aos estandartes; bem como à autorização do uso de máscaras, que ficava restrita apenas aos recintos fechados; e ainda proibiram contundentemente o uso de maiôs e trajés sumários. (Normas para os Festejos Carnavalescos. *O Estado de S. Paulo*, 5/2/1960, p.12).

Definidas as normas e exigências dos órgãos de Segurança, os festejos do ano de 1960, que ocorreram de 25 de fevereiro a 1º de março, foram noticiados em precárias matérias pelos jornais diários da capital, a exemplo de *O Estado de S. Paulo*, que ainda assim publicou charges sobre o assunto, tal qual aconteceu com a revista *Careta*.

Claudius, por exemplo, em dois conjuntos de desenhos publicados em fevereiro e março de 1960, provoca os foliões de forma irreverente ao arguir valores cotidianos (alguns já esgarçados) sobre a beleza/feiúra, a moral e os bons costumes. Nesses desenhos (publicados nesse jornal antes e depois do Carnaval), Claudius<sup>6</sup> expõe suas

---

6 O chargista Claudius, registrado como Silvius Petrus Claudius Ceccon, nasceu em Garibaldi, RS, em 1937, mudando-se ainda criança para o Rio de Janeiro, onde teve educação artística. Seu primeiro emprego foi como diagramador na revista *O Cruzeiro*. Em meados da década de 1950, começou a fazer vinhetas para a revista *O Cruzeiro* e ilustrações para *A Cigarra*. Informa-nos Joaquim da Fonseca que, em 1957, Claudius era o cartunista geral, depois cartunista político no diário *Jornal do Brasil*, posição que ocupou de 1961 até 1965. Nesse ano,

percepções sobre os pândegos e suas fantasias, colocando em xeque as expectativas de suspensão da vida ordinária nessas festividades ao questionar se a liberdade e a inversão da ordem são projeções simbólicas passíveis de realização para os sujeitos travestidos de personagens durante os dias dedicados a Momo, deus da galhofa e do desgoverno. Na primeira charge (Figura 2), alguns foliões aparecem prisioneiros de situações que essa festa do desgoverno não consegue reverter, mesmo que momentaneamente.

O chargista, num único quadro, que apresenta cenas e situações diversificadas, aproveita a oportunidade para fazer troça dos foliões. Numa dessas ocorrências, uma dupla (um magro e um gordo) vestida com roupas infantis não se entende. O magro ri da fantasia do outro, que lhe pergunta em atitude de desforra do galhofeiro, apertando-lhe a garganta: “Qual é a graça?”. Essas figuras, o gordo e o magro, são emblemáticas no campo dos *comics*, sendo recorrentemente usadas para provocar o riso motejador, ao tomar como mote os elementos voltados à aparência, cujos contrastes (opostos e díspares) objetivam ridicularizar esses personagens e, por extensão, os seus assemelhados. Outra dupla, composta por um homem nu e seu interlocutor, fustiga de forma radical os limites de liberdade pressupostos para esses folguedos, ao apresentar os trajes dos foliões, cujos limites são rompidos também pelo homem fantasiado que indaga sobre a escolha do parceiro nos seguintes termos: “Minha fantasia é de *cowboy*, e a sua?”. Essa busca da transgressão tratada de forma alegórica pode ser pensada como uma metáfora que explicita os “sonhos de Carnaval” que alguns foliões projetam para os dias festivos, considerando-se que essas questões envolvendo comportamentos e valores são

---

tornou-se cartunista geral da revista *Manchete*. Claudius colaborou também nos seguintes periódicos: *Diário Carioca*, *Revista da Semana*, *Mundo Ilustrado*, *Senhor*, *Fairplay* e *Correio da Manhã*. Seus cartuns também foram publicados, na década de 1960, no jornal *O Estado de S. Paulo* (19/2/1960, p.1 e 4/3/1960, Caderno SF, p.1). Nesses cartuns, utilizava-se da linha e do traço para refletir sobre o tema em pauta, embora também fizesse uso, em seus desenhos, de signos plásticos complexos como massa, volume etc. Sobre o assunto, consultar Fonseca (1999).

Claudius:

# Carnaval

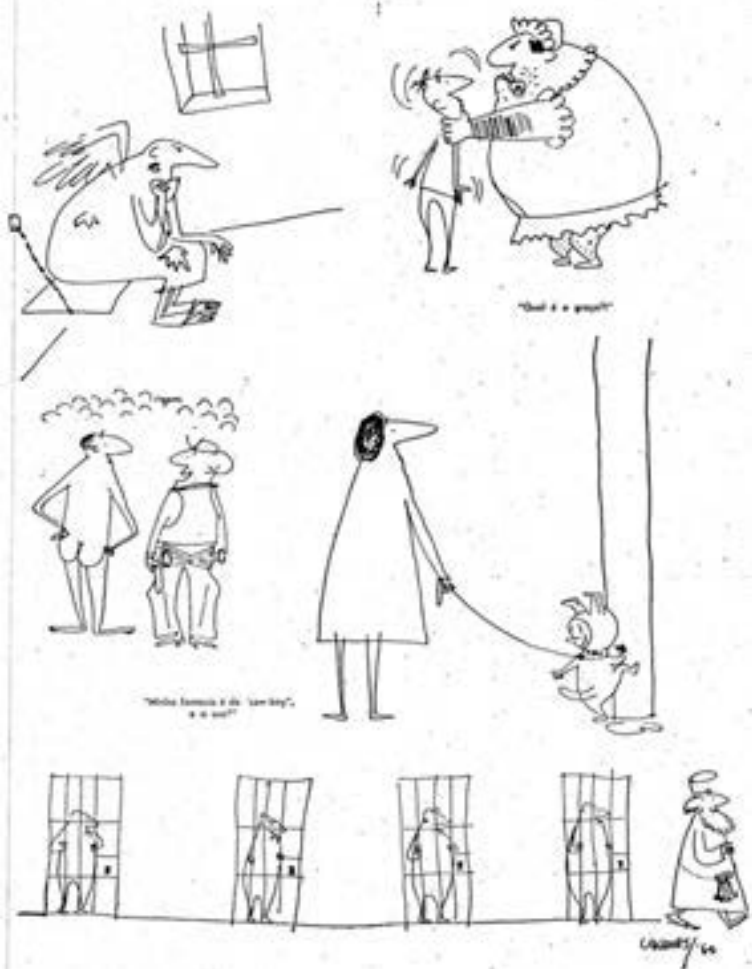


Figura 2 – Carnaval representado por Claudius.

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 19/2/1960, p.1.

normatizadas nas determinações policiais. Nesse período, por exemplo, as roupas sumárias e até mesmo os maiôs foram proibidos. O que dizer então do nu total?

No desenho seguinte, há uma senhora acompanhada de uma criança fantasiada de cachorro, usando coleira e fazendo xixi no poste. A mãe não apresenta qualquer acanhamento por trazer o filho preso a uma coleira e, tampouco, pelo seu comportamento imitando o animal. Esse diálogo, certamente, volta-se às proibições e limites interpostos às participações de crianças e adolescentes nesses festejos e às responsabilidades dos pais sobre esses segmentos de foliões que, para atender as exigências legais, só mesmo trazendo-os acorrentados e fantasiados de algum bicho que possa ser aprisionado, garantindo, assim, a simbologia exigida pela festa do desgoverno e, ao mesmo tempo, atendendo as pesadas e minuciosas exigências do Juizado de Menores.

No segundo bloco de charges (Figura 3), composto por várias cenas, o Carnaval raramente expressa para seus seguidores situações de tranquilidade, satisfação e liberdade. Se a festa é identificada com momentos de prazer e de regozijo dos desejos da libido, ao avaliar questões presentes na conjuntura Claudius realça a pouca adesão dos paulistanos aos festejos momescos, que se deslocam para a praia ou para o campo, ou simplesmente permanecem em São Paulo, mas com o firme propósito de descansar dos desgastes da atribulada vida cotidiana, o que o chargista enfatiza em seus desenhos. Na primeira cena, o fantasiado é um espantalho usado para assustar os pássaros, uma vez que as adesões ao festejo são cada vez mais raras. A imagem seguinte expressa essa percepção, pois o fantasiado, numa paisagem não identificada, encontra-se deitado numa rede ao ar livre, em total descanso, lendo confortavelmente um livro, acompanhado de uma bebida, evidenciada pelo copo que descansa numa cadeira ao lado da rede. O sinal de que se trata do Carnaval é o cone na cabeça a indicar esse momento de suspensão da pesada rotina cotidiana. No quadro seguinte, Claudius faz troça do “espírito carnavalesco” dos foliões, ao indicar que os deslocamentos de pessoas para o campo também significam a migração do tom galhofeiro para essa espacialidade

Claudius:

# Carnaval

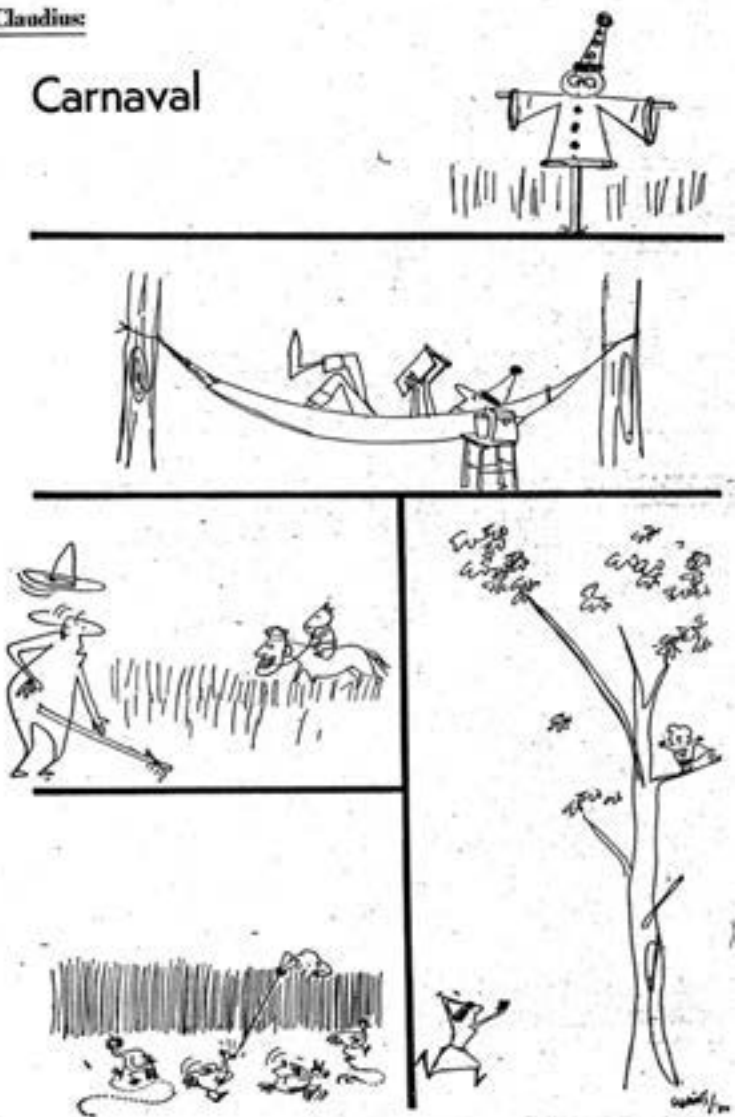


Figura 3 – Carnaval retratado por Claudius.

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 4/3/1960, Caderno SF, p.1.

“bucólica e tranquila”, assim caracterizada pelos cidadãos. Em sua elaboração sobre esse assunto, um homem capinando assusta-se com um mascarado montado num cavalo, igualmente mascarado, em disparado galope. A reação do homem traduz-se pelo chapéu que se desprende de sua cabeça e por sua atitude de espanto diante da inversão dos mascarados: o cavalo porta uma máscara humana e o homem, de um cavalo. A situação aparentemente risível indica tratar-se de uma forma de humor, própria da caricatura que usa, no caso, subsídios do grotesco – ao recorrer a elementos estranhos, extravagantes, bizarros – para caracterizar as personagens, como é o caso da “troca dos papéis” entre homem e animal (numa espécie de zoomorfização, isto é, a redução das personagens a formas animais e vice-versa), que, em vez de riso, provoca, naquele ambiente, estranhamento e susto. Na percepção do chargista, esse “espírito carnavalesco” espalha-se para outros espaços, tendo em vista que até as galinhas sofrem com as investidas de um folião que resolve praticar a brincadeira de molhar, característica do velho entrudo. No último quadro, o folião é uma criança fantasiada de *superman*. Os símbolos estão expressos na capa e no S do escudo imitando as vestes do personagem. O garoto aparece em pé, em fino galho no alto de uma árvore, igualmente alta, e, embaixo, uma mulher (supostamente a mãe) desesperada com a atitude da criança que sugere não distinguir fantasia e realidade, indicando que está prestes a imitar as façanhas de seu herói.

Nesses desenhos, Claudius desvela um humor aparentemente leve que logo evidenciam traços agressivos, com elementos de perversidade, sugerindo aos pândegos que dificilmente teriam os sonhados dias de tranquilidade, como indicam os dois primeiros quadros da representação, seguidos dos demais que destroem as pretensões desses foliões, não escapando ninguém – homens, mulheres, crianças e animais (*O Estado de S. Paulo*, 4/3/1960, Caderno SF, p.1).

Se o caricaturista faz suas reflexões demarcando a situação do Carnaval, as autoridades de segurança não negligenciaram suas atribuições e definiram normas para os festejos carnavalescos e pré-carnavalescos já no início de fevereiro, esclarecendo aos possíveis pândegos os limites e as possibilidades para festejar os folguedos de

Momo, regulamentando os bares e a evolução dos cordões e ranchos pelas ruas. A resolução divulgada pela imprensa estabelece os limites aos foliões nos preparativos dos folguedos e durante os dias festivos, envolvendo os horários dos ensaios, que só podiam ocorrer das 20 às 23 horas, mediante alvará da polícia, bem como os desfiles dos carros alegóricos e os estandartes, que só poderiam sair à rua após a vistoria da Divisão de Diversões Públicas. Embora seja um período democrático, as máscaras são autorizadas apenas para recintos fechados, bem como se mantém a proibição do uso de “maiôs ou trajes sumários” (“Normas para os festejos carnavalescos”, *O Estado de S. Paulo*, 5/2/1960, p.12).

Os jornais diários divulgam os diversos eventos e informam sobre a retomada do carnaval de rua, inclusive o curso que, em 1960 e 1961, está programado para o trajeto da Praça da Bandeira até a Avenida Brasil, Brigadeiro Luís Antônio, retornando ao mesmo local. Em 1960, por exemplo, medidas detalhadas são publicadas pelo *O Estado de S. Paulo* (“Medidas da D.S.T. durante o carnaval”, 18/2/1960, p.16.) que, em longa matéria, especifica o trajeto e as regras que os foliões deviam seguir. Porém, em pleno Carnaval, o jornal publica notícia afirmando que “mais de 300 mil pessoas deixarão a cidade nestes dias de carnaval” (*O Estado de S. Paulo*, 27/2/1960, p.10). Na mesma data, noticia a programação dos vários palcos do acontecer carnavalesco na cidade, em bairros como Vila Esperança e Mooca, e o Carnaval oficial, organizado pela Prefeitura, no Parque do Ibirapuera. Na Vila Esperança,<sup>7</sup> a programação previa desfiles de carros alegóricos pelas ruas e, no Parque do Ibirapuera, a programação oficial definia vesperais infantis seguidas de baile noturno e desfiles de blocos, ranchos, cordões e escolas de samba, durante todos os dias de carnaval. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou a programação definida pela Comissão Municipal para o Parque do Ibirapuera, para os dias de carnaval:

---

7 Os carnavais de Vila Esperança foram imortalizados na década de 1970 na letra de uma marcha de Adoniran Barbosa que relembra os bailes carnavalescos de sua juventude, nos quais encontrou Colombina, seu primeiro amor de criança.



Hoje, (sábado) às 14 horas, a abertura do Parque ao público e às 22 horas, baile com orquestra; amanhã às 15 horas vespéral infantil com prêmios para as melhores fantasias, às 21 horas desfiles com prêmios para os melhores cordões carnavalescos, às 22 horas bailes com orquestra; depois de amanhã, às 15 horas vespéral infantil, às 20 horas desfiles de préstitos e escolas de samba e às 22 horas bailes; terça-feira, às 15 horas vespéral infantil com distribuição de prêmios aos vencedores do concurso de fantasias, às 21 horas desfiles e concursos de escolas de samba e às 22 horas baile com orquestra.

A Prefeitura instalou no recinto do Parque iluminação colorida [...]. Foram também instaladas barracas para a venda de bebidas, sorvetes e sanduíches a “preços módicos e tabelados”. (*O Estado de S. Paulo*, 27/2/1960, p.10)

Os clubes continuavam com sua programação. Alguns deles anunciaram bailes durante os Dias Gordos, ainda que as opções tenham sido bem mais reduzidas em comparação às décadas anteriores. O jornal *O Estado de S. Paulo* (27/2/1960, p.10) noticiou os bailes no Clube Atlético Paulistano, Tênis Clube Paulista, Esporte Clube Pinheiros, Ipê Clube, Arakan Clube e Clube Ginástico Paulista, alguns deles já parte constitutiva da memória dos carnavais da cidade, como o Clube Atlético Paulistano, Tênis Clube Paulista e o Esporte Clube Pinheiros.

Apesar da listagem dos bailes, as avaliações do Carnaval brincado na cidade são pessimistas. O mesmo jornal publicou uma pequena matéria com o título “A cidade deserta” para reafirmar o fracasso do Carnaval:

Confirmaram-se as previsões: os paulistanos abandonaram a cidade em massa, fugindo do carnaval, à procura de descanso no interior ou no litoral. Ontem, as ruas centrais estavam semidesertas, como se verifica pela fotografia, tomada à tarde no cruzamento da avenida S. João com a rua Formosa, ponto onde, ordinariamente, o movimento de veículos e transeuntes é muito intenso. (*O Estado de S. Paulo*, 28/2/1960, p.11)

As matérias publicadas pela imprensa diária durante os dias de Carnaval também evidenciam que os paulistanos evadiam-se das ruas do centro para escapar da chuva e da falta de opções oferecidas por esses festejos, e decidiam ficar em suas residências assistindo pela televisão ao que ocorria no Rio de Janeiro, no famoso baile do Teatro Municipal, cujas atrações foram as atrizes de Hollywood Kim Novak, Linda Darnell (que faziam parte do júri para classificação das fantasias do Municipal) e Judy London (*O Estado de S. Paulo*, 4/3/1960, p.8).<sup>8</sup> As aparições dos artistas estrangeiros como Kim Novak e também nacionais como Maysa foram registradas em fotos e estampadas nos jornais do dia seguinte.



Figura 4 – Um feliz casal de palhaços.

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 4/3/1960, p. 7 (Caderno Especial).

---

<sup>8</sup> Também esteve presente nesse carnaval carioca o ator alemão Curd Jurgens, sucesso em Hollywood.

Pessoas anônimas fantasiadas de palhaço (Figura 4), pelo tom jocoso de sua presença nesses festejos, ganham espaço nos registros fotográficos. O tom galhofeiro da dupla de foliões mantém-se em seu rosto, coberto de pintura, o que certamente viabiliza a esses mascarados a diversão que o travestimento garante, sem as investidas de possíveis censuras.

O jornal *O Estado de S. Paulo* (1<sup>o</sup>/3/1960, p.9), ao repassar os acontecimentos pela cidade nos dias de Carnaval, enfatiza a ausência desses festejos, exceto em Vila Esperança, “onde nada abala o entusiasmo dos participantes”. Diz o jornal que os carros alegóricos desfilaram no domingo “artisticamente ornamentados, alguns até com muito bom gosto”. Quase todos “glosaram os temas e as personalidades em voga”. Na matéria há uma avaliação sobre o desinteresse crescente dos paulistanos em relação aos festejos momescos, com explicações que atribuem ora ao clima (calor ou chuva), ora ao mau gosto da ornamentação, ora à baixa qualidade das músicas, sem considerar o modo de vida dos paulistanos, que preferem deslocar-se para o litoral, interior ou outras cidades nesses dias, a envolver-se nessas festividades. E aqueles que ficavam na cidade, também não teriam saído às ruas. Mesmo assim, a generalização deve ser questionada, tendo em vista que nem todos os habitantes da cidade tinham condições financeiras ou interesse de deixar a cidade, preferindo descansar ou brincar em seus clubes ou agremiações, de acordo com suas posses e interesses específicos, como já mencionamos.

Nos dias seguintes, o jornal *O Estado de S. Paulo* critica as medidas exageradas tomadas pelas autoridades de trânsito que, em sua avaliação, não seriam condizentes com a programação para os festejos de rua, os quais sequer ocorreram, em razão da chuva “que impediu os desfiles de veículos e dos préstitos. Quanto aos ‘blocos’ e ‘cordões’ característicos que desfilam nessa época, o aspecto foi idêntico. Apenas dois ou três grupos enfrentavam melancolicamente a chuva” (*O Estado de S. Paulo*, 4/3/1960, p.8).

O jornal observa que, na ausência de desfiles, as poucas evidências dessas festividades eram lembradas pela programação veiculada pelos alto-falantes instalados nas avenidas do centro, por uma rádio

da cidade, transmitindo músicas dos carnavais passados que serviam de motes para “irônicos comentários do povo, que não sabia bem se verberava a falta de imaginação dos compositores, a chuva ou a própria existência do carnaval” (*O Estado de S. Paulo*, 4/3/1960, p.8).

Porém, apesar de tais descrições que enfatizam a chuva intermitente e o frio, um grupo de jovens foliões, com fantasia irreverente, desafiou o mau tempo e fez as suas performances em Vila Esperança:



Figura 5 – Carnaval – São Paulo, 1960. Foliões fantasiados desfilam debaixo de chuva em bloco da Vila Esperança. Acervo *Folha de S. Paulo*, 28/2/1960.

Antes mesmo do término das festanças carnavalescas, as questões eleitorais já estavam na pauta dos partidos, bem como as escolhas dos nomes para compor as chapas e as articulações para fechar alianças, o que ocorreu com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que decidiu indicar João Goulart para vice-presidente do país, candidatura essa tematizada por Théo, que ofereceu aos foliões o traje de “corredor maratonista”, indicando tratar-se de João Goulart, só que sua corrida era novamente eleitoral. O resultado das eleições consagrou Jânio Quadros para presidente e João Goulart para vice. Ambos assumiram o cargo em 31 de janeiro de 1961 para governar o país, que estava com acelerada inflação e endividamento, resultantes da herança do nacional desenvolvimentismo implementado por Juscelino Kubitschek (Moreira, 2003).

Se em 1960 os foliões paulistanos tinham dificuldades para exibir os seus carnavais de rua, os folguedos de 1961 e 1962 não foram diferentes, a começar pelos preparativos para as exposições dos brincantes pelas ruas, que novamente ficaram restritos ao Parque do Ibirapuera, embora em 1962 a Rádio América tenha patrocinado desfiles carnavalescos na Avenida São João. Entretanto, isso não significou apatia para esses folguedos.<sup>9</sup>

Cabe assinalar que, nesse início de década, o país vivenciava múltiplas experiências no campo cultural, no teatro, no cinema e na música, marcadas por intensos debates sobre o sentido da cultura e da arte para a construção da brasilidade desejada, cujos pressupostos estavam assentados em elementos utópicos nomeados por Marcelo Ridenti (2014) de “romantismo revolucionário”, o qual se desenvolveu a partir da década de 1950, e cuja matriz é a autocrítica à modernidade e suas mazelas voltadas para a sagração do individualismo e da racionalidade capitalistas. Nessa crítica, os elementos utópicos

---

9 O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou o itinerário do curso que devia deslocar-se da Praça Dr. Reinaldo Porchal (Parque do Ibirapuera) e passar pela Avenida Brasil, Rua David Campista e Rua Veneza (*O Estado de S. Paulo*, 3/2/1961, p.12). No entanto, não há maiores detalhes e nem notícias para que seja possível saber se, durante os dias 11, 12, 13 e 14 de fevereiro, dedicados ao Carnaval, os foliões endinheirados desfilaram com seus carros pelas ruas da capital.

voltam-se para a busca no passado de “elementos que permitiriam uma alternativa de modernização da sociedade que não implicasse a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo da mercadoria e do dinheiro” (Ridenti, 2014, p.10).

Se nessas expressões busca-se o povo brasileiro, nos carnavais, à margem de qualquer debate, esse mesmo povo cai na folia, organizando ele próprio suas formas de brincar ou agregando-se aos projetos oficiais e midiáticos momentâneos.

Apesar das dificuldades econômicas, foi o que aconteceu em 1961. Independentemente de qualquer movimentação dos protagonistas definindo os palcos de suas exposições, saiu a programação dos folguedos de 1961 para o Parque do Ibirapuera, que definia, para todos os dias de Carnaval, bailes e desfiles de agremiações carnavalescas: “A comissão incumbida dos festejos de carnaval fará realizar nesses dias 4 bailes e 3 vesperais infantis. O concurso oficial de escolas de samba e cordões carnavalescos realizar-se-á parte no domingo e parte na terça-feira” (*O Estado de S. Paulo*, 10/2/1961, p.8). Em outra matéria, discorre-se sobre a montagem de três tabladros para os bailes públicos, que deviam ocorrer desde a noite do sábado de Carnaval até terça-feira e, também, sobre a premiação para os melhores desfiles das escolas de samba e cordões (*O Estado de S. Paulo*, 10/2/1961, p.12).

Os bailes nos clubes e congêneres ocorreram ao longo dos festejos carnavalescos nos anos assinalados. Em 1961, por exemplo, o jornal *O Estado de S. Paulo*, em 12 de fevereiro, publicou a lista de alvarás aprovados pela polícia para os bailes em diferenciados espaços, a saber: “2.100 alvarás para bailes de carnaval”, sendo que 300 desses alvarás são de clubes e associações. Tais agremiações iriam oferecer aos foliões três bailes infantis e quatro bailes noturnos, 50% a mais do que no ano anterior, segundo avaliação da Secretaria de Segurança Pública, o que demonstra a diversidade dos palcos dos carnavais ocorridos na cidade e também como são limitadas as avaliações dos jornais sobre a possível extinção desses folguedos.

Assim, ao longo dos dias que antecediam aos festejos, foi noticiada a programação oficial da Prefeitura para o Parque do Ibirapuera, que estava sendo ornamentado para esse fim. E, também, os bailes

que o Clube Arakan realizaria nos salões do Aeroporto de Congonhas durante os quatro dias de Carnaval.

O noticiário sobre os preparativos para os festejos carnavalescos na cidade também vem acompanhado de outro que enfatiza a saída dos paulistanos para outras localidades. O título “Começou a fuga” informa que desde o dia 10 de fevereiro vem se intensificando o movimento na Estação Rodoviária: “os paulistanos estão começando a abandonar a cidade, fugindo do carnaval para descanso no Interior, na serra ou na praia. O movimento deverá aumentar extraordinariamente hoje [11/2] sobretudo depois do meio-dia” (*O Estado de S. Paulo*, 11/2/1961, p.9).



Figura 6 – O resto do Carnaval.

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 14/2/1961, p.1.

É esse o tom das matérias daí por diante, até mesmo quando é publicada a foto de mascarados em trajes de palhaço flagrados nos bailes realizados nos clubes da cidade, cujo título é “O resto do Carnaval”. Ao apresentar a foto, realça-se que “foram muitos os bailes,

mais do que no ano passado, mas poucas fantasias” (*O Estado de S. Paulo*, 14/2/1961, p.1). Nesse mesmo dia, no título de uma matéria que sintetiza a posição do jornal sobre os festejos, afirma o seguinte: “Carnaval de 1961: apatia no centro, muitos bailes, 300 mil paulistanos fora da capital”. Entretanto, se for considerado o número de habitantes da cidade, que é de 3.666.701 habitantes, essa cifra não é tão significativa.

Outro aspecto que coloca em dúvida tal avaliação é a publicação pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de fotos de foliões, nos bailes ocorridos nos clubes da capital, que não só indicam a animação dos brincantes bem como aspectos irreverentes de suas fantasias:

A foto de um grupo de mascarados (Figura 6) indica que a animação e o tom jocoso estão presentes nessa festa. Os palhaços mascarados utilizam-se do anonimato como estratégia para garantir as possibilidades de envolvimento em brincadeiras, procurando garantir, nesse anonimato, a proteção contra censuras de seus pares e do entorno. Além disso, esse personagem dialógico propicia a metamorfose desses pândegos, que buscam, na irreverência e no chiste, manter o tom galhofeiro durante os festejos dos Dias Gordos. Mesmo assim, o jornal nomeia o grupo de “O resto do Carnaval”, alusão que pode ser interpretada de diferentes ângulos: no sentido negativo em relação aos festejos e também para marcar a disposição dos foliões de estender sua participação até o último momento dos festejos.

Além dos pândegos envolvidos nos folguedos, os caricaturistas, em 1961, também colocaram o seu bloco na rua com o firme propósito de provocar o riso motejador, ao fustigar as altas autoridades do país, evidenciando os limites das políticas e das ideologias que davam sustentação aos discursos e às práticas desses protagonistas, em seu dia a dia, na relação com seus cidadãos e na resolução dos problemas do país. Debocham de seus valores e de suas práticas políticas viciadas.

A charge “bloco adesista” (Figura 7) apresenta os políticos Jânio Quadros,<sup>10</sup> na ocasião presidente da República, Ademar de Barros, prefeito da capital (de 8 de abril de 1957 a 7 de abril de 1961) e outros

---

10 Jânio Quadros, em 1985, elegeu-se prefeito de São Paulo, pelo PTB.





Figura 7 – Bloco Adesista.

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 14/2/1961, p.4.

políticos (não identificados no desenho),<sup>11</sup> todos desfilando nos folgedos momescos, como qualquer folião. Os traços simples, embora usando elementos hiperbólicos, delineiam os perfis assemelhados aos seus protagonistas, permitindo que o leitor identifique quem são esses ilustres foliões que deixam brevemente em suspenso as disputas e diferenças políticas. A charge, já no título do bloco, fustiga as alianças espúrias e incompreensíveis que se forjavam momentaneamente para desfazerem-se no movimento seguinte, quando não interessavam mais ao aliado ocasional.

11 A charge está assinada, mas não foi possível, nas pesquisas realizadas, obter-se a identificação do autor que publica outras contribuições nesse jornal.

O sentido político dessa representação, como observa Ana Pedrazzini (2012, p.27), manifesta-se pelos elementos de conexão entre o cômico e a ridicularização desses sujeitos que são destituídos de suas hierarquias e *status* de poder. Para a autora, “La finalidad satírica de la caricatura se evidencia a partir de la articulación de lo cômico y la ofensa, caracterizándose por un espíritu crítico y de denuncia, orientado hacia la descalificación de la clase política, y particularmente de los gobernantes”.

Ao inseri-los nesses festejos identificados por seus desregramentos – sexuais, éticos e de comilança –, promovem o rebaixamento da autoridade desses protagonistas, destituindo-os momentaneamente de seus atributos de poder (Bakhtin, 1987), considerando que as novas relações de sociabilidade marcadas pelo riso e pela descontração são antípodas aos rituais do poder que pressupõem postura séria e comportamento comedido e solene. Esses são os atributos requeridos àqueles que ocupam os cargos públicos máximos, como presidente da República, governador, prefeito etc.

Ao mesmo tempo que esses elementos críticos são acionados para o campo da folia carnavalesca, que se constitui no lugar da inversão da ordem e do não governo, aparece outra notícia que chama a atenção para a “debandada” dos moradores da cidade rumo às praias, ao interior do Estado e a outras localidades, objetivando aproveitar os dias dedicados a Momo para descansar do estafante cotidiano.

As fotos publicadas pelo próprio jornal *O Estado de S. Paulo*, contudo, dão ênfase a dois aspectos: a animação do folião, e os trajés de homens e mulheres portando as fantasias que, em certa medida, diluem a crítica de seus repórteres e editores. Novamente duas mascaradas pierretes projetam-se na foto (*O Estado de S. Paulo*, 17/2/1961, p.11), mostrando, com sua alegria, não apenas o envolvimento nos folguedos, como também outras possibilidades de transgressão propiciadas pelo ocultamento de suas fisionomias e das censuras do entorno.

A foto que destaca o palhaço (Figura 8) é um flagrante do baile do Clube Paulistano. Novamente o palhaço projeta-se majestoso na sua irreverência carnavalesca.



Figura 8 – O palhaço, Clube Paulistano.

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 17/2/1961, p.11.

Ao concluir sua avaliação sobre o carnaval paulistano de 1961, o diário *O Estado de S. Paulo* ignora o que se passou em Vila Esperança e usa a emblemática metáfora de serpentinas com uma máscara caída (clichê da imprensa para denotar o término desse festejo) para dizer que o carnaval paulistano não morreu, apenas deslocou-se para os salões. A apreciação é repetitiva, pelo reiterado uso dessa metáfora, ao longo dos anos, e parcial, em relação às avaliações sobre festividades ocorridas na cidade.

Os jornais, embora reconheçam a existência de atividades carnavalescas em bairros periféricos da cidade e o papel assumido por Vila Esperança na organização de desfiles de rua, de blocos, cordões e escolas de samba, não trazem registros condizentes com as muitas

atividades ali desenvolvidas, o que certamente daria outro aporte às avaliações negativas sobre esses festejos. E, também, uma forma mais abrangente de noticiar os eventos da cidade, independentemente do *status* social de seus habitantes.

Nesse ano, por exemplo, a Escola de Samba Nenê de Vila Matilde desfilou no bairro de Vila Esperança com o tema “A Marquesa de Santos” (Simson, 2007, p.321), cuja foto (Figura 9) desvela uma multidão de foliões seguindo os seus integrantes. Projetam-se no desfile os destaques Dom Pedro I e Marquesa de Santos e a Ala das Baianas. Essas fotos elucidam o interesse dos segmentos populares que acompanham as exposições da escola, diferentemente das afirmações dos jornais citados em relação ao fracasso dos Dias Gordos. Mesmo fazendo ressalva em relação aos carnavais de Vila Esperança, um bairro de periferia da Zona Leste, a animação desses foliões aparece contraposta ao que não acontece no centro da cidade.



Figura 9 – Escola de Samba Nenê de Vila Matilde. Tema do desfile: A Marquesa de Santos.

Fonte: Simson (2007, p.321).

Os carnavais de 1962, 1963 e 1964 procuraram organizar-se nos espaços públicos tais como o Parque do Ibirapuera, Vila Esperança e Avenida São João, local tradicional e integrante da memória dos carnavais da cidade, e nos clubes e nas associações.

Cabe lembrar que o cenário dos festejos de rua já havia se deslocado para Vila Esperança, na Zona Leste da cidade. Contudo, a tentativa de reativação dos carnavais na Avenida São João não era uma quimera. O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou entusiasticamente os desfiles carnavalescos ocorridos nesse espaço, na segunda-feira de Carnaval de 1962, que trouxeram uma multidão ao centro da cidade. A organização foi da Rádio América, com o apoio da Coca-Cola e da própria *Folha de S. Paulo* (*Folha de S. Paulo*, 7/3/1962).

Os festejos, em 1962, ocorreram nos dias 3, 4, 5 e 6 de março. Assim, no início de fevereiro a Secretaria de Segurança Pública publicou portaria definindo as normas para os dias de Carnaval. As instruções direcionavam-se aos clubes e demais sociedades, como blocos, ranchos e cordões, que deviam ficar atentos aos prazos para solicitar as autorizações e, também, aos foliões responsáveis por desfiles envolvendo veículos, pelas vistorias exigidas para os desfiles. A portaria expedida pelas autoridades de segurança esclarecia que as máscaras poderiam ser usadas em recintos fechados e, também, os lança-perfumes, alertando, entretanto, que os excessos seriam coibidos. Alguns trechos da Portaria (nº 3 do último dia 2) resumiam os principais aspectos das “Instruções” que regulamentam esses festejos:

De acordo com a portaria, os bailes carnavalescos só poderão ser realizados mediante alvará policial fornecido nesta capital pela Divisão de Diversões Públicas da delegacia Auxiliar da 2ª Divisão Policial; os alvarás deverão ser requeridos impreterivelmente até o dia 26 de fevereiro do corrente ano. Os préstitos, blocos, cordões, ranchos e outros grupos carnavalescos somente poderão sair à rua mediante apresentação de alvará policial, dependendo outrossim, os que apresentarem carros alegóricos, de vistoria dos veículos pela DST. [...]. Será permitido o uso de máscaras em recintos fechados.

Os maiôs e outras vestimentas sumárias são totalmente proibidos. Não será tolerado o excesso de lotação nos bailes. (*O Estado de S. Paulo*, 8/2/1962, p.1)

Definidos os parâmetros para os foliões, a questão seguinte é localizar os espaços de seu acontecer, a exemplo dos bailes que se realizam em vários recintos, alguns deles inscritos na memória dos carnavais da cidade, tais como: Clube Atlético Paulistano, Tênis Clube Paulista, Clube de Regatas Tietê, Esporte Clube Sírio e Arakan Clube, os quais certamente não eram os únicos espaços engajados nos folguedos.

Nos anos estudados, os folguedos de Vila Esperança projetaram-se na cidade e ganharam registros na imprensa, pela animação e agregação dos bairros próximos, cujas agremiações garantiram sua organização, embora em alguns momentos tenham tido apoio oficial e da iniciativa privada na instalação dos espaços cenográficos (palcos, iluminação) para sua realização. Nos registros do jornal *O Estado de S. Paulo*, esses festejos de rua ocorreram nos bairros da Mooca e de Vila Esperança. O bairro da Mooca tornou-se o palco do Carnaval oficial, contando com o apoio financeiro da Prefeitura e do governo do Estado. Já o carnaval de Vila Esperança foi organizado pelos próprios clubes da região e pelo esforço de seus foliões.

O jornal *O Estado de S. Paulo* (4/3/1962, p.15), na coluna “Carnaval de rua”, esclareceu as atividades que ocorreriam no bairro da Mooca, realçando que os colaboradores para o seu acontecer eram vários: União dos Moradores da Mooca e do Alto da Mooca, a Prefeitura Municipal, o governo do Estado e a Associação de Imprensa Carnavalesca. Os Clubes Esportivos Varzeanos e emissoras de rádio e televisão promoveriam os festejos públicos de Carnaval no Alto da Mooca. Colaboraram também organizações industriais e comerciais do bairro. “Os festejos iniciar-se-ão na esquina da Alegria na confluência das ruas Padre Raposo com Guajambé, n. 244, diante da sede social da UMMAM, onde a Prefeitura instalará um Palanque oficial para realização dos concursos de fantasia, de escolas de samba, blocos e cordões” (*O Estado de S. Paulo*, 4/3/1962, p.15).

A manchete “Vila Esperança, último reduto do carnaval de rua”, de *O Estado de S. Paulo*, sinaliza que os festejos de Momo com desfiles de carros alegóricos e de escolas de samba, nos bairros da Zona Leste, continuavam animados e agregavam, além de Vila Esperança, os foliões da Penha e de Vila Matilde havia várias décadas. O jornal descreve os temas abordados nos desfiles dos carros alegóricos, alusivos aos acontecimentos ou personagens da conjuntura, destacando a trajetória das agremiações responsáveis pela organização dos carnavais dessa região da cidade. Os desfiles dos carros alegóricos e de escolas de samba pelas ruas de Vila Esperança começavam às 17 horas e traziam as alegorias apresentadas pelas sociedades, especialmente as que se denominavam “O Galo de Ouro” (alusão a Eder Jofre), “A volta do Major Gleen”, “Uma caverna na Lua”, “Dragão Chinês”, “O Castelo”, “O Canhão”, “A Carruagem”, entre outros (*O Estado de S. Paulo*, 6/3/1962, p.8). Dezenas de milhares de moradores daquelas localidades, da Penha, da Vila Matilde e de bairros adjacentes, aplaudiram essas alegorias.



Figura 10 – Escola de Samba Nenê de Vila Matilde. Tema do desfile: Escrava Isaura.

Fonte: Simson (2007, p.327).

Segundo o jornal, essas manifestações ocorriam havia 27 anos, ininterruptamente, e nem sempre recebiam auxílio oficial da municipalidade. A retrospectiva dos festejos liga-os à La Murga Del Tio Curro, conjunto musical de jovens que surgiu por volta de 1927 e “que foi um dos iniciadores da tradição carnavalesca na localidade”. Porém, a estruturação do carnaval de rua nessa localidade remonta ao ano de 1935, quando a Associação Atlética “5 de Julho” apresentou o primeiro carro alegórico, o que estimulou outras associações a fazerem o mesmo. No ano seguinte, o Carnaval de rua foi praticamente oficializado pelos moradores de Vila Esperança. Em 1946, introduz-se a batalha de confete no domingo antes do Carnaval, a qual continua nos anos seguintes. No decorrer dos anos, vão se incorporando outras associações e clubes. Cabe ressaltar que os festejos de rua desse ano de 1962 tiveram a participação de vários clubes da região.

Nas pesquisas feitas pelo *Estado*, o sucesso desses carnavais (tanto de rua quanto dos clubes da região que integravam o carnaval da Vila) de 1962 deveu-se às seguintes agremiações: a Sociedade Atlética “5 de Julho”, Clube Brasil, Estrela Dálva Futebol Clube, Escola de Samba da Nenê, Clube Atlético Guarani, Recreativo União de Vila Esperança (o mais antigo, fundado em 1921), Sociedade Amigos de Vila Matilde, Clube Atlético Ipiranga, Clube Atlético Vasco da Gama, Clube Desportivo Triângulo, Centenário Clube, C. E. Heróis, Bloco do Morro e Sociedade Beneficente Recreativa de Vila Esperança (*O Estado de S. Paulo*, 6/3/1962, p.8).

Vale lembrar que os desfiles de Nenê de Vila Matilde não foram destacados pelo jornal. A escola trouxe para as ruas do bairro e para o cenário do acontecer carnavalesco da Zona Leste o tema “Escrava Isaura”, presença recuperada por Olga von Simson por intermédio do seu Nenê, que mostrou fotos dos desfiles da escola exibidos por seus figurantes nas ruas do bairro (Simson, 2007, p.327).

As pesquisas feitas no jornal *Folha de S. Paulo* permitem avaliar o espectro mais amplo desses festejos, ao recuperar em suas páginas a programação organizada pela Rádio América, com o apoio da Coca-Cola e da *Folha de S. Paulo*, para os desfiles carnavalescos na Avenida São João, da qual participaram mais de dez escolas de samba e



conjuntos carnavalescos. Nesse noticiário, essas agremiações trouxeram uma multidão de mais de 350 mil pessoas para acompanhar os desfiles, que ocorreram das 23h às 4h30 da manhã (*Folha de S. Paulo*, 7/3/1962).

O evento foi considerado um sucesso de público e também referência para os folguedos do ano seguinte, na avaliação de seus organizadores. Todavia, não há notícias em 1963 sobre tal programação para os carnavais que aconteceram de 23 a 26 de fevereiro, sabendo-se que o empenho das autoridades municipais em relação ao carnaval de rua foi nulo.

A conjuntura de 1963 e 1964 traz muitas disputas no campo político (Motta, 2007) e dos movimentos sociais, do campo (as Ligas Camponesas e o sindicalismo rural) e da cidade (o movimento operário e o movimento estudantil), cujo núcleo das reivindicações direcionava-se às reformas de base, entre as quais apareciam polarizadas a reforma educacional, liderada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) (Pelegriani, 1998), e a reforma agrária que tinha o seu núcleo reivindicativo nas Ligas Camponesas espalhadas pelo Brasil afora (Borges, 2004).

Aparentemente, os carnavais passaram ao largo dessas questões conjunturais, seja em sua organização oficial, seja por seus participantes, que têm o compromisso de organizar as exibições de suas agremiações. Em pequena nota, em 1963, o jornal *O Estado de S. Paulo*, mencionando informações do gabinete do prefeito, noticiou que “a Prefeitura não colaborará este ano para a promoção de festas de carnaval. Não promoverá a ornamentação de vias públicas, nem mesmo do Parque do Ibirapuera. Este logradouro será à noite franqueado ao público, como ocorre todo os anos” (*O Estado de S. Paulo*, 21/2/1963, p.12).

Essa falta de interesse da Prefeitura em relação aos festejos de Momo não significa que a Secretaria de Segurança Pública esteja desatenta e não tenha estabelecido as regras para os bailes, desfiles dos blocos e cordões, participação dos menores e, também, o que seria tocado ou não nos diversos eventos ocorridos pela cidade. Nesse sentido, proibiu a veiculação por todos os órgãos da imprensa – rádios,

televisão, alto-falantes, casas comerciais ou mesmo gravação – da marchinha “Último a saber”, de Klecius Caldas e Brasinha, por “se chocar com os bons costumes” (*O Estado de S. Paulo*, 21/2/1963, p.12).

Embora a Prefeitura assumira essa posição, o governador Ademar de Barros recebeu o Rei Momo, entregando as chaves do Estado e disponibilizando um carro oficial para os dias do evento, além de autorizar passagem aérea pela Vasp, para o seu deslocamento para o Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, afirmou que criaria uma Secretaria de Turismo que cuidaria da realização de muitos projetos, deixando nas entrelinhas que os festejos carnavalescos estariam contemplados nessas mudanças. O Rei Momo, em contrapartida, solicitou ajuda financeira para o Carnaval, alegando que a Prefeitura não se dispôs a investir em sua organização (*O Estado de S. Paulo*, 22/2/1963, p.9).

Até os clubes apresentaram-se reticentes. Apareceu nos jornais uma pequena lista de divulgação de bailes, diferentemente dos anos anteriores. Ofereceriam bailes apenas as seguintes agremiações: Clube Atlético Paulistano, Clube Hípico de Santo Amaro, Esporte Clube Pinheiros e Clube Militar de São Paulo (*O Estado de S. Paulo*, 21/2/1963, p.12). Mas a *Folha de S. Paulo* fez matéria sobre esses dias festivos chamando a atenção para a inflação, que praticamente tornava inviável o Carnaval. Na matéria, que rememora saudosamente os carnavais do passado (não muito remoto), declina o preço do lança-perfume, que chegou a custar esse ano mais de 1.500 cruzeiros, mas observa também que a animação não estava arrefecida, já que alguns clubes ainda continuavam oferecendo bailes bem procurados, embora as entradas custassem por volta de 6 mil cruzeiros. Diz ainda o jornal, na matéria ilustrada pela Figura 11: “[...] hoje, ainda há salões lotados. O Pinheiros, o Paulistano, o Arakan são exemplos. Mas, cobram entradas que chegam a seis mil cruzeiros. Com isso, muita gente gastou todo o seu ordenado [...]”, comentando que certamente a quarta-feira de Cinzas seria para pensar nas questões econômicas. Concluía a matéria com a afirmação de que o Rei Momo precisava indicar um “ministro sem pastas” para cuidar do Carnaval, caso contrário, tornar-se-ia uma festa que somente milionários poderão participar de suas folganças (*Folha de S. Paulo*, 27/2/1963).

Independentemente dessas críticas, os foliões mascarados, ao que parece, não estavam preocupados com o assunto e posaram para o fotógrafo, a fim de deixar registrado esse momento especial, de alegria e descontração. As caras pintadas, no formato de uma máscara, já traduzem certa intencionalidade de busca do anonimato e de construção de uma personagem distinta das amarras cotidianas dos sujeitos brincantes.

No ano seguinte, as matérias de *O Estado de S. Paulo* dão ênfase aos preparativos dos clubes já tradicionais nos carnavais da cidade e à “fuga” dos paulistanos da cidade. Porém, do ponto de vista político, os embates são cada vez mais acirrados, com propostas golpistas de derrubada do governo João Goulart, formuladas às claras na imprensa, tanto nos jornais diários quanto nos periódicos semanais, como as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, que se alinham aos defensores do capitalismo, nesse embate ideológico da conjuntura, opondo-se nas peças publicitárias e nas matérias publicadas aos regimes comunistas. Nessas concepções, recuperadas por Figueiredo (1998), os países comunistas são caracterizados como cerceadores das liberdades políticas e de consumo, diferentemente dos países capitalistas que garantem as duas dimensões invertendo, assim, o conceito de democracia e liberdade de opinião, que passa, esta última, a ser entendida como liberdade para consumir. Nessa perspectiva, Figueiredo assinala que:

Desde os anos 50, a liberdade aparecia nos anúncios associada ao lazer e à aquisição dos mais variados artigos, ou seja ao ato de consumo. De acordo com vários anúncios a liberdade era um bem a ser adquirido por meio do consumo de objetos sua fruição estava circunscrita à esfera privada. Não era o cidadão quem gozava a liberdade, era o “eu”. A liberdade que os anúncios falavam era a liberdade do lazer, da busca do prazer, da satisfação de desejos. Com o aparecimento de variadas marcas a liberdade estava associada a “escolha” diante dos muitos produtos a sua disposição. (Figueiredo, 1998, p.130)



Figura 11 – Grupo de mascarados.

Fonte: *Folha de S. Paulo*, 27/2/1963.

Na cultura de consumo, prossegue a autora, adotar um “estilo” por meio do consumo significa que o indivíduo está fazendo uso de sua liberdade de expressão – liberdade de exprimir não sua *opinião*, mas sua *pessoa*.

Figueiredo afirma que um dos principais efeitos do florescimento de uma *cultura de consumo* foi *reforçar* as disposições narcisistas da sociedade, supervalorizando a esfera da vida privada e fazendo tudo convergir para ela e, em segundo lugar, dirigir as pulsões e as energias individuais para o consumo ininterrupto de mercadorias, às quais se imprimem valores simbólicos (Figueiredo, 1998, p.132).

É na cultura de consumo que se difundiu, ainda conforme a autora, a noção de uma “Revolução” do Bem-Estar. Ou seja, a “Revolução” deslocou-se do campo das estruturas econômicas, sociais e políticas para se estabelecer no campo da vida doméstica, cotidiana, na esfera da vida privada. E as peças publicitárias, sempre opondo o

capitalismo e comunismo, associam a democracia a esse universo das relações de mercado.

Tais confrontos, cada dia mais acirrados, não chegaram aos preparativos dos festejos de Momo, que ficaram à margem desses embates. Em São Paulo, por exemplo, as ações da Secretaria de Segurança Pública voltaram-se para a emissão de portaria regulamentando os passos dos foliões durante o período pré e no carnavalesco (que, neste ano de 1964, aconteceram de 8 a 11 de fevereiro).

O jornal *O Estado de S. Paulo*, em matéria de 1<sup>a</sup>/2/1964, informava que a Secretaria de Segurança Pública emitira uma portaria definindo as diretrizes sobre os festejos carnavalescos. De acordo com o jornal:

[...] foram previstas rigorosas medidas preventivas e repressivas contra aqueles que, aproveitando-se de oportunidades que tais ocasiões oferecem, pretendem praticar atos que possam (colocar) em risco a vida humana, a propriedade, ou que venham a desrespeitar os direitos individuais de liberdade. (*O Estado de S. Paulo*, 1<sup>a</sup>/2/1964, p.10)

Essas regras definiam a necessidade de solicitação de alvarás, que devia ser endereçada à Divisão de Diversões Públicas para a realização de bailes, préstitos, desfiles de blocos, ranchos e cordões. Essas medidas estendiam-se aos locais de concentração e aos itinerários, que precisavam ser devidamente autorizados.

Embora os indícios sugeridos pelos anos anteriores indiquem espectro bem maior de oferta de atividades, os jornais divulgaram os bailes que ocorreriam, de 8 a 11 de fevereiro, em alguns clubes e associações, a saber: Clube Atlético Paulistano, Esporte Clube Pinheiros, Esporte Clube Sírio, Clube Atlético Ipiranga, Clube dos Oficiais da Força Pública, Circolo Militar de São Paulo, Esporte Clube Banespa, Casa de Portugal, Clube Atlético Ipiranga, S. R. Palmeiras, Royal Clube (*O Estado de S. Paulo*, 6/2/1964, p.13).

A cobertura do jornal *O Estado de S. Paulo*, na Coluna “Carnaval” – que aparece nas páginas internas do jornal durante os dias próximos e durante o Carnaval –, enfatizava em suas manchetes a

movimentação das pessoas em direção a outras cidades e, marginalmente, apontava as atividades carnavalescas que ocorreriam na cidade. Por exemplo, no dia 7 de fevereiro, na página 10, a manchete era a seguinte: “Carnaval: esgotam-se as últimas passagens; ultimam planos a Polícia e a DST”. Em 11 de fevereiro, na página 8, novamente a manchete repetia-se: “Carnaval: deixam a cidade mais de 500 mil paulistanos”. Somente no corpo da notícia é que o leitor ficava sabendo quais seriam as atividades carnavalescas. Dizia ainda o jornal: “Do sábado para cá, as ruas e avenidas têm se mantido desertas e silenciosas, embora em alguns bairros, como Vila Esperança, Brás e Tucuruvi, se tenham registrado à noite, desfiles de blocos carnavalescos e carros alegóricos” (*O Estado de S. Paulo*, 11/2/1964, p.8).

A cobertura do jornal *Folha de S.Paulo* trouxe, no início do mês de fevereiro, a movimentação da Associação Paulista de Imprensa Carnavalesca (APIC) para a realização do concurso da Rainha do Carnaval paulistano. Em baile realizado (dia 1º, sábado) no salão do Aeroporto de Congonhas, pelo Arakan Clube, foi eleita Lenir Oliveira, manequim profissional, de 20 anos, por uma comissão julgadora composta por jornalistas, esportistas e figuras ligadas aos festejos carnavalescos (*Folha de S.Paulo*, 3/2/1964, p.6, 1ª Caderno).

Nos dias dos eventos carnavalescos o periódico publicou notícias sobre os brincantes de São Paulo, da capital e de Santos e, também, as novidades do Rio de Janeiro, dos bailes do Copacabana e do Teatro Municipal, com os seus concursos de fantasias de luxo. Em matéria de 10 de fevereiro, a *Folha de S.Paulo* também informou sobre o baile do Copacabana, trazendo o júri desse esperado acontecimento que, nesse ano, “foi composto pela Condessa Pereira Carneiro, Sra. Cecília Mesquita, a atriz italiana Elza Martinelli, atrizes brasileiras Ewa Vilma e Tônia Carrero, Porfírio Rubirosa e Odile Rubirosa”. Acrescentava ainda que o baile teve o registro dos meios de comunicação dos Estados Unidos, México, Inglaterra e França, demonstrando, assim, sua projeção e alcance muito além das fronteiras do país. A nota é a seguinte: “o baile (do Copacabana) foi coberto também pelas emissoras de televisão norte-americanas CBS e NBC, Rádio e Televisão

Francesa, serviços de televisão e cinema da BBC de Londres, pelos jornais “*New York Times*” e “*El Nacional*”, México e revistas “*Paris Match*” e “*Oggi*” (*Folha de S.Paulo*, 10/2/1964, p.7, 1ª Caderno).

A movimentação dos foliões nos carnavais de rua em São Paulo ocorreu na Zona Leste e na Lapa. As fotos a seguir mostram os desfiles das agremiações na Lapa e em Vila Esperança com ampla participação da população, que acompanhava os desfiles dos carros alegóricos por suas ruas. O jornal trouxe os desfiles ocorridos em Vila Esperança, que apresentaram uma multidão de pândegos.

Ocorreu, igualmente, o XII Concurso de Resistência Carnavalesca, que premiava aquele que conseguisse dançar por 72 horas sem parar, promovido pela Rádio e Televisão Record no Ginásio do Ibirapuera, com premiação oficial de \$ 500 mil cruzeiros, podendo alcançar até 1 milhão de cruzeiros com as contribuições espontâneas do público presente. Informa a *Folha de S.Paulo* que “inscreveram-se para a prova 261 homens e 38 mulheres, num total de 428 concorrentes. 69 não compareceram e 359 deram início à competição, às 15 horas” (*Folha de S.Paulo*, 10/2/1964, p.7, 1ª Caderno). O concurso era acompanhado por médico e determinava várias regras a serem seguidas pelos participantes, inclusive de divisão do prêmio, se houvesse empate.

No dia seguinte, as notícias são os desfiles do carnaval popular de rua na Lapa, organizado pelo Clube dos Lojistas da Lapa, com desfiles das várias agremiações da capital, que levaram as suas alegorias para os espaços cenográficos montados no bairro. Nesse ano, o cordão Vai Vai participou com 200 figurantes, com o tema “A Corte de Luiz XV” e cantando uma marcha própria alusiva ao grupo. A matéria esclarece que se trata de evento de luxo, organizado pelo Clube dos Lojistas da Lapa, com participação marginal do poder público, que somente arcava com as despesas de 50% da iluminação, sendo os gastos para a montagem dos cenários e o apoio às agremiações que participavam do evento a cargo do referido Clube (*Folha de S.Paulo*, 11/2/1964, p.5).

*Custou para animar*

Figura 12 – Desfile do Cordão Vai Vai, na Lapa.

Fonte: *Folha de S. Paulo*, 11/2/1964, p.5.

Desse mesmo evento participaram outras agremiações, a exemplo de Peruche, que trouxe 800 figurantes dos Unidos do Morro de Vila Maria que “homenageiam a população lapeana”.

Para concluir, fica claro que esses festejos dos anos iniciais da década de 1960 (que têm, em 1961, Jânio Quadros na direção do país e, de 1962 a 1964, João Goulart) projetaram-se além das questões conjunturais que estavam marcadas por confrontos diversos, criando-se, assim, durante os festejos, a sua suspensão, indicando que os pândegos estavam submetidos a outra ordem, cujo comando é apenas divertir-se e divertir o outro, abstraindo-se das aguerridas disputas ideológicas e políticas dessa conjuntura.

Nesse contexto, cabe pensar os sentidos dessa festa plural, tema nuclear nas reflexões de consagrados teóricos como Bakhtin e daqueles que se dedicam a reavaliar o papel do riso motejador em eventos como o Carnaval, recuperando que ora é ela vista como festa de inversão da ordem, ora como festa de evasão, alienada, que ao mesmo tempo forja a comunhão de sentido entre os pândegos e (por essa



integração) também promove a dissolução das distinções sociais. Na década de 1930, essas posições foram amplamente debatidas pela imprensa diária, pelos periódicos dos grupos de diferentes correntes políticas e pelos foliões. Esse debate não ocorre mais nas décadas de 1950 e 1960. Diante disso, pode-se interpretar que a perspectiva do Carnaval como uma festa de inversão da ordem aparece já consagrada no imaginário coletivo como a festa do desgoverno e das possibilidades de transgressões das regras e normas da vida ordinária, mesmo que sob a vigilância das autoridades responsáveis pela segurança dos pândegos.

Independentemente dessas projeções, a percepção do interesse dos brasileiros por tais festividades permitiu que houvesse significativo investimento simbólico para torná-las um poderoso semióforo (Chauí, 2001), com o objetivo de viabilizar a comunhão de sentido entre os brasileiros. Foi a partir desse aspecto que, ambigualmente, os folguedos passaram a ser vistos como manifestações festivas que conferem identidade aos brasileiros, tal o interesse e o envolvimento de todos (ou quase todos) em suas celebrações, independentemente de a festa tornar-se um momento de realização de bons negócios.

Na conjuntura, os festejos carnavalescos pelo Brasil afora viviam momentos de pouca inspiração e de reveses. Na cidade de São Paulo não foi diferente. No período, a crescente urbanização e industrialização do país e do Estado veio acompanhada de outras modificações no dia a dia dos moradores, que sofreram o impacto dessas transformações e, não poderia ser diferente, no carnaval brincado na cidade. Já bastante alterados desde o período de guerra, esses festejos assumiram o perfil de festa organizada para atender a massificação em curso. Nesse sentido, não seria mais apropriado falar de “festa da ordem” e do “governo” de seus foliões?

Nos anos subsequentes, os carnavais na cidade prosseguiram segundo os padrões anteriores para redefinir-se em 1969,<sup>12</sup> ano em

---

12 As informações da bibliografia especializada e dos memorialistas do final da década de 1960 assinalam que o interesse para a institucionalização do carnaval popular cada vez mais se acentua entre as agremiações carnavalescas. Em tal

que ganharam novo alento com a criação pela TV Tupi do “I Festival de Músicas de Carnaval”, com a participação de compositores já tradicionais na cidade como Adoniran Barbosa<sup>13</sup> e, também, o aparecimento de novos compositores. Para Moraes (1978), essa mutação das folganças de Momo que ocorre na cidade, seguindo o modelo já consagrado do carnaval carioca centrado nas escolas de samba, alterou frontalmente o seu perfil.

---

processo, os cordões Vai Vai e Camisa Verde e Branco resolveram transformar-se em escolas de samba, em negociações que foram feitas com o prefeito da cidade, visando ter acesso às verbas oficiais. Wilson de Moraes afirma que a institucionalização dos cordões e escolas de samba da cidade resulta em alteração nas performances, que passam a ser estruturadas de acordo com o modelo carioca. As mudanças, para o autor, são as seguintes: “Os balizas foram relegados em favor da Comissão de Frente; o estandarte definitivamente substituído pela bandeira acompanhada por Mestre-Sala e tornou-se obrigatória a presença de ‘baianas’. O enredo assumiu importância capital, passando a definir toda a montagem do desfile. A expressão ‘ala’ torna-se corrente para designar grupo de componentes representando parte do enredo ou não e a denominação de ‘bateria’ passa a substituir a de ‘bataque’ para o conjunto instrumental. Ficou definitivamente abolida a participação de qualquer instrumento de sopro na parte musical” (Moraes, 1978, p.72).

- 13 Como já mencionado, Adoniran compôs “Vila Esperança”, no final da década de 1960 e em coautoria com Marcos César. A marcha-rancho em tributo ao bairro da Zona Leste paulista, historicamente famoso por seu carnaval de rua, foi parte integrante da era dos festivais de São Paulo. Ficou em segundo lugar e somente foi gravada em 1975. Essas informações são dadas por Celso de Campos Jr., no site [www.vilaesperanca.org](http://www.vilaesperanca.org).